

Contrato nº 43 /2009.

Termo de Contrato de serviços de engenharia entre a DISTRIBUIDORA DE FILMES S/A - RIOFILME, como CONTRATANTE, e a MITRA ENGENHARIA E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA., como CONTRATADA, para a execução de serviços na forma abaixo.

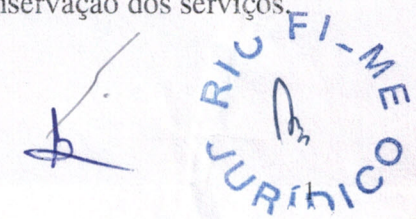
Aos dias dezoito do mês de setembro do ano de 2009, na Rua das Laranjeiras nº 307, a Distribuidora de Filmes S/A - RIOFILME, a seguir denominado CONTRATANTE, representada por seu Diretor-Presidente Sérgio Henrique Sá Leitão Filho, e por sua Diretora Administrativa e Financeira, a Sra. Estela Aranha, e a empresa MITRA ENGENHARIA E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA. estabelecida na Rua Teófilo Otoni nº 52, salas 408/410, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº 73.678.005/0001-41, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu Sócio Gerente, o Sr. Marcelo Perrotti de Lima, CPF nº 023.659.407-90 e identidade 139244/D CREA-RJ, têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado da licitação na modalidade de Tomada de Preço nº 001/2009, realizada através do processo administrativo nº 12/500.183/2009, homologada por despacho do Ilmo. Sr. Diretor-Presidente, datado de 14/09/2009. (fls. 624 do processo) e publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. - RIO nº de 15/09/2009, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - (LEGISLAÇÃO APLICÁVEL) - Este Contrato se rege por toda legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como integrante do presente termo, especialmente a Lei Federal nº 8.666, de 21.06.93, e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro (CAF), instituído pela Lei nº 207, de 19.12.80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar nº 1, de 13.09.90, pelo Regulamento Geral do Código supra citado (RGCAF), aprovado pelo Decreto nº 3.221, de 18.09.81, e suas alterações, pelos Decretos nºs 23.814/2003 e 28.937/2008, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações, pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04.05.2000, pela Lei nº 2.816, de 17.06.99, do Decreto nº 17.907, de 20.09.99, pelo Decreto nº 21.083, de 20.02.02, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - (OBJETO) - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de engenharia para manutenção preventiva, corretiva e de operação dos equipamentos de ar condicionado, com reposição de peças, e dos equipamentos e sistemas prediais, com reposição de peças, a serem executados nas Casas Casadas localizada à Rua Leite Leal, nºs 11, 19, 29, 33, 45, e 307 da Rua das Laranjeiras, constante do Termo de Referência (Anexo II) parte integrante da Tomada de Preços nº 001/2009.

Parágrafo Único - Os serviços serão executados com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos na Tomada de Preços nº 001/2009, no Termo de Referência, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução e conservação dos serviços.

NOVO VALOR 24


RUBRICA

CLÁUSULA TERCEIRA (VALOR) - O valor total do presente Contrato é de R\$ 189.953,16 (cento e oitenta e nove mil novecentos e cinquenta e três reais e dezesseis centavos).

CLÁUSULA QUARTA - (FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO) - Os pagamentos serão efetuados mensalmente, sendo que o 1º (primeiro) faturamento deverá ocorrer após 30(trinta) dias contados do início da prestação dos serviços.

Parágrafo Primeiro - Os pagamentos serão efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64, obedecido ao disposto no artigo 73 da Lei Federal nº 8.666/93. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias a contar da data de apresentação da fatura devidamente formalizada.

Parágrafo Segundo - O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso sofrerá a incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata die* entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria e a data do efetivo pagamento.

Parágrafo Terceiro - O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado da taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata die* entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria .

Parágrafo Quarto - No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

CLÁUSULA QUINTA - (REAJUSTE) - Nos contratos somente ocorrerá reajustamento após o período de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data da sua assinatura, em conformidade com o artigo 2º do Decreto nº 19.810 de 23.04.2001, sem prejuízo do disposto na Lei nº 10.192, de 14.02.2001. O preço serviços será reajustado de acordo com a legislação vigente na data de sua aplicação, quando será adotado o ÍNDICE DE PREÇOS DO CONSUMIDOR AMPLIADO – ESPECIAL – IPCA-E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado através da seguinte fórmula:

$R = Po [(I-Io)/Io]$, onde:

R = valor do reajuste;

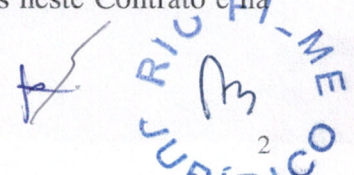
I = índice IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do contrato;

Io = índice do IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da proposta;

Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

Parágrafo Único - A CONTRATADA não terá direito ao reajuste a que alude o caput desta cláusula, para a etapa da obra ou serviço (quando for o caso) que sofrer atraso em consequência de ação ou omissão por ela mesma motivada, e também da que for executada fora do prazo, sem que a respectiva prorrogação tenha sido devidamente autorizada, de acordo com o estabelecido no art. 518 do RGCAF.

CLÁUSULA SEXTA (FISCALIZAÇÃO) - A Fiscalização da execução dos serviços caberá a RIOFILME. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios definidos na legislação pertinente, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas neste Contrato e na legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.



Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Segundo - Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução dos serviços, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas, para o devido esclarecimento, que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Terceiro - A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará em co-responsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

CLÁUSULA SÉTIMA (RESPONSABILIDADE TÉCNICA) – Os serviços objeto deste Contrato serão executadas sob a direção e responsabilidade técnica do Engenheiro Marcelo Perrotti de Lima, que fica autorizado a representar a CONTRATADA em suas relações com a RIOFILME em matéria de serviços.

Parágrafo único – A CONTRATADA se obriga a manter o(a) engenheiro(a) indicado nesta Cláusula como Responsável Técnico na direção dos trabalhos e no local dos serviços até o seu final. A substituição do Responsável Técnico poderá ser feita por outro de igual lastro de experiência e capacidade, cuja aceitação ficará a exclusivo critério do CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA (GARANTIA) - A CONTRATADA prestou garantia na modalidade de seguro-garantia, no valor de R\$ 3.799,06 (três mil setecentos e noventa e nove reais e seis centavos) equivalente a 2,0% (dois por cento) do valor do Contrato.

Parágrafo Primeiro - A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, de acordo com o artigo 465 do RGCAF e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

Parágrafo Segundo – Nos casos em que valores de multas venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

Parágrafo Quarto – Sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, o CONTRATANTE recorrerá à garantia para ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados pela CONTRATADA no descumprimento de suas obrigações, ou na má execução ou inexecução do Contrato, podendo ainda reter créditos para reparar esses prejuízos.

Parágrafo Quinto – Toda vez que houver empenho de importâncias não incluídas na estimativa da Cláusula Terceira, bem como na hipótese de reajustamento (quando for o caso) a garantia será complementada no prazo de 07 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das sanções previstas no RGCAF.

Handwritten signature and stamp: "RIO JURÍDICO" with the number "3" below it.

CLÁUSULA NONA - (PRAZO) - O prazo para a execução dos serviços contratados é de 12 (doze) meses, a contar de 19 de setembro de 2009, podendo ser acrescido e o contrato prorrogado por igual período, na forma dos artigos 57, II, e 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro – Na contagem dos prazos, é excluído o dia do início e incluído o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dia de expediente normal na RIOFILME.

Parágrafo Segundo – Os prazos de cumprimento dos serviços são aqueles constantes do Termo de Referência, Anexo II ao Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA (REGIME DE EXECUÇÃO) - A execução dos serviços objeto do presente contrato obedecerá o Termo de Referência, Anexo II do Edital da Tomada de Preços nº 001/2009, de fls. 141/165 do processo nº 12/500.183/2009.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA (OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA) - São obrigações da CONTRATADA:

I - realizar os serviços de acordo com todas as exigências contidas no Termo de Referência, Anexo II, do Edital da TP Nº 001/2009 (fls. 141/165);

II – tomar as medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros, em consequência da execução dos trabalhos. Será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA a obrigação de reparar os prejuízos que vier a causar a quem quer que seja e quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas.

III – se responsabilizar integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste Contrato, respondendo por si e por seus sucessores;

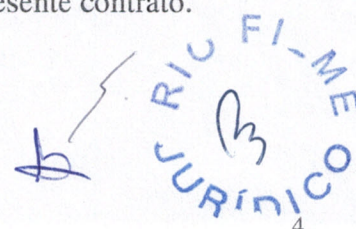
IV – se responsabilizar integralmente pelas penalidades decorrentes da não apresentação do Atestado de Responsabilidade Técnica exigido na Cláusula Sétima, Parágrafo Único, podendo o CONTRATANTE reter o valor equivalente à sanção imposta do montante a ser percebido no mês pela CONTRATADA;

V - atender as determinações e exigências formuladas pelo CONTRATANTE;

VI – substituir, em até 24 (vinte quatro) horas, por sua conta e responsabilidade, os serviços recusados pelo CONTRATANTE;

VII – se responsabilizar, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços até o seu término;

i) A CONTRATADA é a única e exclusiva responsável pelos ônus trabalhistas gerados por seus empregados, que porventura serão utilizados por força da execução do presente contrato.


4

ii) Em caso do ajuizamento de ações trabalhistas pelos empregados da CONTRATADA ou da verificação da existência de débitos previdenciários, decorrentes da execução do presente contrato pela CONTRATADA, com a inclusão do Município do Rio de Janeiro no pólo passivo como responsável subsidiário, o CONTRATANTE poderá reter, das parcelas vincendas, o correspondente a três vezes o montante dos valores em cobrança, que serão complementados a qualquer tempo com nova retenção em caso de insuficiência.

iii) A retenção prevista na alínea ii será realizada na data do conhecimento pelo Município do Rio de Janeiro da existência da ação trabalhista ou da verificação da existência de débitos previdenciários.

iv) A retenção somente será liberada com o trânsito em julgado da decisão de improcedência dos pedidos ou do efetivo pagamento do título executivo judicial ou do débito previdenciário pela Adjudicatária.

v) Em não ocorrendo nenhuma das hipóteses previstas na alínea iv, o CONTRATANTE efetuará o pagamento devido nas ações trabalhistas ou dos encargos previdenciários, com o valor retido, não cabendo, em nenhuma hipótese, ressarcimento à CONTRATADA.

vi) Ocorrendo o término do contrato sem que tenha se dado a decisão final da ação trabalhista ou decisão final sobre o débito previdenciário, o valor ficará retido e será pleiteado em processo administrativo após o trânsito em julgado e/ou o pagamento da condenação/dívida.

VIII - obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução dos serviços descritos no Termo de Referência, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução dos contratos de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades;

IX – se responsabilizar integralmente pela iluminação, instalações e despesas delas provenientes, e equipamentos acessórios necessários à fiel execução dos serviços contratados;

X – se responsabilizar integralmente pela qualidade dos serviços e pelos materiais empregados, que devem guardar conformidade com as especificações do Termo de Referência, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo CONTRATANTE. A ocorrência de desconformidade implicará no refazimento do serviço ou na substituição dos materiais recusados, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

XI - manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital durante todo prazo de execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA (OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE) - São obrigações do CONTRATANTE :

I - Realizar os pagamentos na forma e condições previstas;

II- Realizar a fiscalização dos serviços contratados.



CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA (ACEITAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO) - A aceitação dos serviços objeto deste Contrato se dará mediante a avaliação de dois funcionários do CONTRATANTE, que constatarão se a execução dos serviços atende a todas as especificações contidas no Edital da Tomada de Preços nº 001/2009, e no Termo de Referência (Anexo II).

Parágrafo Primeiro – Na hipótese de recusa de aceitação, por não atendimento às exigências da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá reexecutar os serviços, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos do CONTRATANTE a partir da data da efetiva aceitação.

Parágrafo Segundo – O recebimento provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem a ético-profissional pela perfeita execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA (FORÇA MAIOR) - Os motivos de força maior que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do contrato, deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização, nas épocas oportunas. Os motivos de força maior poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA (SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO) - É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do Contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA (SANÇÕES ADMINISTRATIVAS) - A recusa da Adjudicatária em assinar o Contrato no prazo estipulado no Edital, bem como a inexecução, total ou parcial do contrato, a execução imperfeita, a mora na execução, ou qualquer inadimplemento ou infração contratual da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que couber e garantida a defesa prévia, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no artigo 589 do RGCAF e no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93. As penalidades serão :

- a) Advertência;
- b) Multa moratória de 1% (um por cento) quando verificado atraso no cumprimento da obrigação assumida, aplicada à Adjudicatária ao dia sobre o valor da Nota de Empenho ou do Contrato, ou se for o caso, do respectivo saldo não atendido;
- c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato (no descumprimento integral) ou, quando for o caso do artigo 530, III, do RGCAF, sobre o saldo reajustado dos serviços não executados;
- d) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, conforme inciso IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro - As sanções previstas nesta cláusula podem cumular-se e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

Parágrafo Segundo - As multas deverão ser recolhidas junto a RIOFILME no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. RIO do ato que as impuser, do qual a CONTRATADA terá, também, conhecimento, na conformidade do artigo 595 do RGCAF.

Parágrafo Terceiro - Se, no prazo previsto no parágrafo anterior, não for feita a prova do recolhimento da multa, serão promovidas as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, se caução em dinheiro, mediante despacho regular da autoridade contratante.

Parágrafo Quarto - O valor da multa aplicada também poderá ser pago quando do recebimento da fatura, se assim o requerer a CONTRATADA.

Parágrafo Quinto - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta.

Parágrafo Sexto - As multas não têm caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a CONTRATADA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas, conforme previsto no artigo 589 *caput* do RGCAF.

Parágrafo Sétimo - Nos casos em que o valor da multa venha ser descontado de caução, o valor desta deverá ser recomposto no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA (RECURSOS) - Contra as decisões que resultarem penalidade, a CONTRATADA poderá apresentar, sempre sem efeito suspensivo:

- a) Pedido de Reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, da ciência que tiver tido das decisões;
- b) Recurso a ser interposto perante a autoridade imediatamente superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da ciência do indeferimento do Pedido de Reconsideração, mediante depósito prévio do valor da multa, em moeda corrente, na RIOFILME;
- c) Representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA (RESCISÃO) - O CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o Contrato, por ato unilateral, na ocorrência das hipóteses previstas no artigo 529 do RGCAF e no artigo 78, incisos I a XII, XVII e XVIII da Lei Federal nº 8.666/93, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observados o § 2º e incisos do artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Primeiro - A decretação da rescisão operará seus efeitos a partir da publicação do Ato Administrativo no D.O.RIO.

Parágrafo Segundo - Decretada a rescisão sem que caiba culpa à CONTRATADA, a mesma será ressarcida dos prejuízos comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

- a) devolução da garantia;
- b) pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

RECIBO RIO FILME
B
RUBRICA

Parágrafo Terceiro - Decretada a rescisão por culpa da CONTRATADA, a mesma somente terá direito ao recebimento das faturas relativas aos serviços executados até a data da rescisão e apenas daquelas que estiverem em condições de aceitação.

CLÁUSULA DÉCIMA-NONA - A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder, sem a prévia e expressa anuência da RIOFILME e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado no D.O. Rio.

Parágrafo Primeiro - Fica expressamente vedada a possibilidade de subcontratação de cooperativas.

Parágrafo Segundo - O subcontratado será responsável, junto com a Adjudicatária, pelas obrigações decorrentes do objeto do contrato, inclusive as atinentes à Contratada, descritas na cláusula décima quarta, quanto aos aspectos previdenciários e trabalhistas, respondendo nos limites da subcontratação, sendo-lhe aplicável, assim como a seus sócios, as limitações convencionais e legais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA (DAS CLÁUSULAS EXORBITANTES) - Fazem parte do presente Contrato as prerrogativas constantes no art. 58 da Lei Federal nº 8.666/93:

a) Impossibilidade da CONTRATADA se valer da exceção de inadimplemento, como fundamento para a unilateral interrupção da obra, observada a faculdade prevista no art. 78, XV, da Lei Federal nº 8.666/93.

b) Responsabilidade inteira e exclusiva da Contratada quanto ao uso de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste Contrato, bem como quanto às consequências de qualquer utilização indevida;

c) A eventual tolerância de qualquer infração às disposições deste Contrato, do Edital, da legislação ou das normas aplicáveis não configurará novação, renúncia ou perda de quaisquer direitos do CONTRATANTE ou da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA(DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA) - Os recursos necessários à execução dos serviços ora contratados correrão à conta do Programa de Trabalho PT 30.51.13.122.0001.4052 Código de Despesa 3.3.90.39.04, tendo sido empenhada a importância de R\$ 22.161,23 (vinte e dois mil cento e sessenta e um reais e vinte e três centavos, através da Nota de Empenho nº 2009/00358, ficando o restante a ser empenhado à conta do orçamento do próximo exercício.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA (FORO) - Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

RIC FI-ME
CURINDO

CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA (PUBLICAÇÃO) - O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município no prazo de 20 (vinte) dias contados da sua assinatura, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUARTA (FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA) - O CONTRATANTE providenciará a remessa de cópias autênticas do presente instrumento ao órgão de controle interno do Município no prazo de 5 (cinco) dias contados da sua assinatura e ao Tribunal de Contas do Município no prazo de 10 (dez) dias, contados da sua publicação.

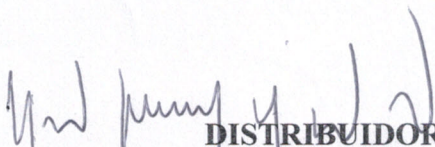
CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUINTA (DAS DISPOSIÇÕES FINAIS)-

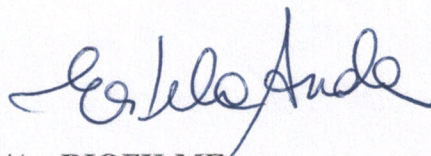
a) Nos termos da legislação vigente, é nulo de pleno direito o reajuste de preços com periodicidade inferior a 2 (dois) anos, de acordo com os artigos 1º e 2º do Decreto Municipal "N" nº 19.810/01.

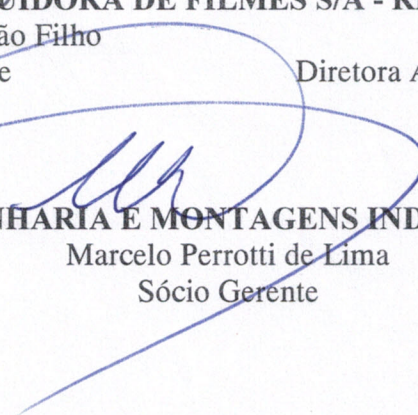
b) A CONTRATADA se obriga a manter, durante todo o período de execução do Contrato, as condições de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômica-financeira, regularidade fiscal e regularidade trabalhista exigidas no Edital que instruiu esta licitação onde foram licitadas os serviços objeto do presente instrumento e o teor da sua proposta de preço, sob pena de rescisão do Contrato.

c) Os ensaios, os testes e demais provas requeridas por normas técnicas oficiais para a verificação da boa execução dos serviços objeto deste Contrato, correm à conta da CONTRATADA.

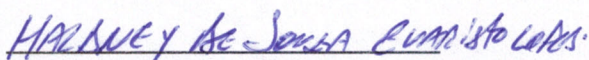
E por estarem justos e acordados, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, que também o assinam.

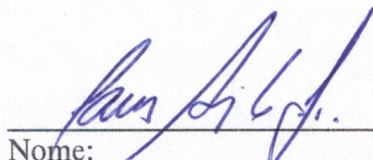

DISTRIBUIDORA DE FILMES S/A - RIOFILME
Sérgio Henrique Sá Leitão Filho
Diretor-Presidente


Estela Aranha
Diretora Administrativa e Financeira,


MITRA ENGENHARIA E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA.
Marcelo Perrotti de Lima
Sócio Gerente

Testemunhas:


Nome:
CPF: 016.439.077-43


Nome:
CPF: 083272644-62

2012/2013

TERMO ADITIVO nº 77/2012.

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 043/2009 DESTINADO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CELEBRADO ENTRE A **DISTRIBUIDORA DE FILMES S/A - RIOFILME**, COMO CONTRATANTE, E A **MITRA ENGENHARIA E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA.**, COMO CONTRATADA.

CONTRATANTE: DISTRIBUIDORA DE FILMES S/A – RIOFILME, empresa pública do Município do Rio de Janeiro estabelecida nesta cidade, à Rua Leite Leal, n.º 11, Laranjeiras, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 68.610.302/0001-15, neste ato representada por seu Diretor Presidente, Sergio Sá Leitão e por sua Diretora de Administração e Finanças, Cláudia Maria Mendes de Almeida Pedrozo.

CONTRATADA: MITRA ENGENHARIA E MONTAGENS INDUSTRIAIS Ltda. estabelecida na Rua Teófilo Otoni nº 52, salas 408/410, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o n.º 73.678.005/0001-41, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu Sócio Gerente, Marcelo Perrotti de Lima, CPF nº 023.659.407-90 e identidade 139244/D CREA-RJ.

Considerando o interesse das partes em prorrogar o contrato, nas mesmas condições inicialmente pactuadas, segundo as normas da Administração Pública do Município do Rio de Janeiro e a demonstração de vantagem econômica na prorrogação;

Resolvem as partes, tendo em vista a instrução do Processo Administrativo n.º 12/500.183/2009, o despacho autorizativo do Diretor-Presidente da DISTRIBUIDORA DE FILMES S/A – RIOFILME, datado de 18/09/2012, às fls. 1796, celebrar o presente Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato nº. 043/2009, que se rege por toda legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como integrante do presente termo, especialmente a Lei Federal n.º 8.666, de 21.06.93, e os Decretos Municipais 19.810/2001 e 25.240/2005, bem como pelos preceitos de Direito Público e pelas regras constantes do Edital.



BN

CLÁUSULA PRIMEIRA - (DO OBJETO) – Constitui objeto do presente TERMO ADITIVO a prorrogação de prazo, por mais 12 (doze) meses, do Contrato n.º 043/2009, com fulcro no art. 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/93 e nos Decretos Municipais 19.810/2001 e 25.240/2005, ficando seu término previsto para 18/09/2013, estendendo-se a validade da Garantia Contratual até o final deste.

Parágrafo Único – A garantia somente será restituída após o cumprimento integral das obrigações, em conformidade com o disposto no Decreto n.º 16.776 de 26/06/98, publicado no D.O. Rio de 29/06/98.

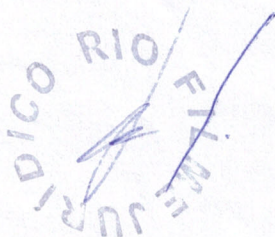
CLÁUSULA SEGUNDA - (DA RATIFICAÇÃO) – A Contratada ratifica os termos de sua proposta, no que concerne à manutenção das condições e valores estabelecidos para a execução do presente instrumento, vedada a concessão de reajuste e/ou revisão de preços durante o período de vigência deste Aditivo.

Parágrafo Único – Permanecem em vigor todas as demais Cláusulas do Contrato n.º 043/2009 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA - (DO VALOR, DA DOTAÇÃO E DO EMPENHO DAS DESPESAS) – O valor do presente Termo Aditivo é de R\$ 189.972,84 (cento e oitenta e nove e novecentos e setenta e dois reais e oitenta e quatro centavos). As despesas correspondentes correrão a conta do Programa de Trabalho n.º 30.51.13.122.0383.4163, Natureza da Despesa n.º 3.3.90.39.04 do orçamento de 2012, tendo sido emitida Nota de Empenho n.º 2012/000353, no valor de R\$54.353,34 (cinquenta e quatro mil trezentos e cinquenta e três e trinta e quatro centavos), ficando a restante a ser empenhado no próximo exercício.

CLÁUSULA QUARTA - (DISPOSIÇÕES GERAIS) – O CONTRATADO fará publicar extrato do presente instrumento no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, em 20 (vinte) dias contados de sua assinatura, bem como dará, no prazo de 10 (dez) dias, ciência ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

CLÁUSULA QUINTA - (FORO) – Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro para dirimir qualquer questão judicial decorrente deste instrumento.

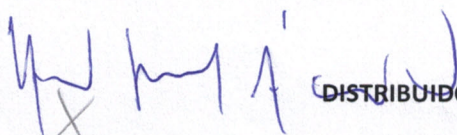


W

A

Assim contratados, obrigando-se por si e sucessores, firmam este instrumento em 03 (três) vias iguais, juntamente com as testemunhas abaixo.

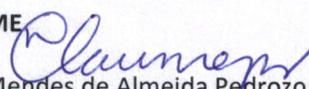
Rio de Janeiro, 18 de setembro de 2012.



Sérgio Henrique Sá Leitão Filho

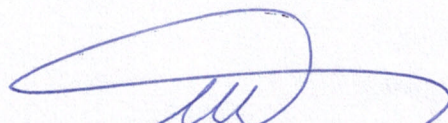
Diretor-Presidente

DISTRIBUIDORA DE FILMES S/A - RIOFILME



Cláudia Maria Mendes de Almeida Pedrozo

Diretora Administrativa e Financeira

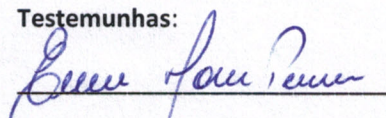


MITRA ENGENHARIA E MONTAGENS INDUSTRIAIS Ltda.

Marcelo Perrotti de Lima

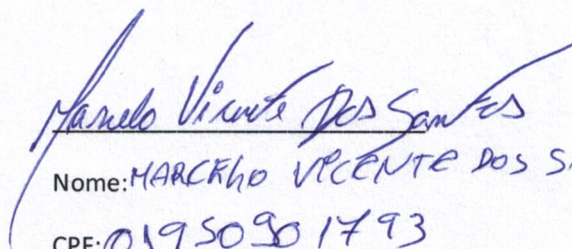
Sócio Gerente

Testemunhas:



Nome: EULICE MOREIRA PEREIRA

CPF: 014616647-40



Nome: MARCELO VICENTE DOS SANTOS

CPF: 03950901793



Processo Número	12/500.183/2009
Data do Início	
Folha	
Rubrica	

TERMO ADITIVO Nº. 75 /2013

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 043/2009 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADO ENTRE A DISTRIBUIDORA DE FILMES S/A – RIOFILME E A MITRA ENGENHARIA E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA.

Aos 18 dias do mês de setembro de dois mil e treze (2013), a **DISTRIBUIDORA DE FILMES S/A – RIOFILME**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 68.610.302/0001-15, com sede a Rua das Laranjeiras, 307 – Laranjeiras – Rio de Janeiro – RJ, doravante designada **RIOFILME**, neste ato representada pelo seu Diretor-Presidente **SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO** e por seu Diretor Administrativo e Financeiro **FELIPE CALDEIRA MARRON DA ROCHA** e a empresa **MITRA ENGENHARIA E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA.**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 73.678.005/0001-41, com sede a Rua Teófilo Otoni, 52, salas 408/410 – Centro – Rio de Janeiro – RJ, doravante designada **MITRA**, neste ato representada pelo seu Sócio-Gerente **MARCELO PERROTTI DE LIMA**, têm, entre si, justo e avençado e celebram por força do presente **TERMO ADITIVO**, elaborado conforme disposto no art. 57, inciso II da Lei 8.666/1993 e no art. 1º do Decreto Municipal 19.810/2001, e as alterações do mesmo, bem como o Decreto 25.240/2005.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente **TERMO ADITIVO** a prorrogação de prazo, **por mais 12 (doze) meses**, do Contrato nº 043/2009, com fulcro no artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93 e no art. 1º do Decreto Municipal 19.810/2001, e as alterações do mesmo, bem como o Decreto 25.240/2005, a partir de **18/09/2013**, estendendo-se a validade da garantia contratual até o final deste.

Parágrafo Primeiro – A garantia somente será restituída após o cumprimento integral das obrigações e, depois de observado o disposto no Decreto “N” nº 16.776, de 26/06/1998, publicado no D.O.M de 29/06/2008.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

A **MITRA** ratifica os termos de sua proposta, no que concerne à manutenção das condições e valores estabelecidos para a execução do presente Termo.

Parágrafo Único – Permanecem em vigor todas as demais cláusulas do Contrato nº 024/2012.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor global do presente **TERMO ADITIVO** é de R\$ 189.972,84 (cento e oitenta e nove mil novecentos e setenta e dois reais e oitenta e quatro centavos).

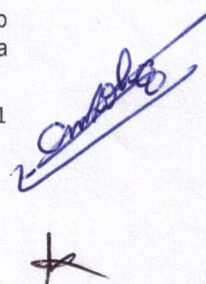
CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários à execução dos serviços ora aditivados correrão por conta do Programa de Trabalho 30.51.13.122.0383.4163, Código de Despesa 3.3.90.39.04 tendo sido empenhada

Distribuidora de Filmes S/A – RIOFILME



1



Processo Número	12/500.183/2009
Data do Início	
Folha	
Rubrica	

a importância de R\$ 54.353,34 (cinquenta e quatro mil trezentos e cinquenta e três reais e trinta e quatro centavos) através da Nota de Empenho nº 2013/000359 para o exercício 2013.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A **RIOFILME** efetuará a publicação do extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, em 20 (vinte) dias contados de sua assinatura, bem como dará, no prazo de 10 (dez) dias, ciência ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro.

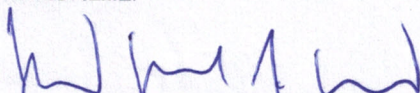
CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

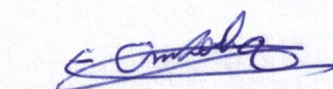
Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para dirimir qualquer questão decorrente deste Contrato que não possa ser resolvida amigavelmente.

E, por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 2013.

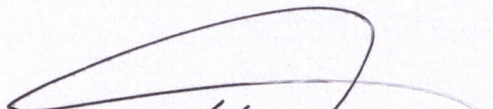
Pela **RIOFILME**:


Sergio Henrique Sá Leitão Filho
Diretor-Presidente

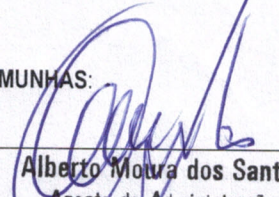

Felipe Caldeira Marron da Rocha
Diretor Administrativo e Financeiro


Felipe Caldeira Marron da Rocha
Diretor Administrativo e Financeiro
RIOFILME S. A.
06/625.228-0

Pela **MITRA**:


Marcelo Perrotti de Lima
Sócio-Gerente

TESTEMUNHAS:

1- 
Nome: **Alberto Moura dos Santos**
CPF: **Agente de Administração**
Mat. 13/127763-1
CPF: 297026407-25

2- 
Nome: **Alexandre V. Monteiro**
CPF: 03610347106